

CRISE FISCAL E NOVO-DESENVOLVIMENTISMO: UMA NOVA FASE DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL.

Divaldo Oliveira Da Silva Junior¹, Rosemergue Valverde de Jesus²; Rebeca Oliveira Santana³.

¹ Bolsista PET/MEC-SESU, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: divaldo.junior@gmail.com

² Tutor PET/MEC-SESU, Doutor em Economia pela Universidade de Paris XVIII, Departamento de Ciências sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: r-valverde@uol.com.br

³Bolsista PET/MEC-SESU, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: rebeca.lauper@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Crise fiscal, Novo desenvolvimentismo, Acumulação de Capital.

INTRODUÇÃO

A “crise fiscal” que o Brasil e a América Latina enfrentaram na década de 1980 suscitou a formulação de novas teorias concernentes ao desenvolvimento do país e possibilitou a aplicação de velhos dogmas da economia clássica. O antigo projeto nacional desenvolvimentista, que vigorou da década de 1930 até 1980, estava agora sendo rechaçado pela ortodoxia clássica e pelos teóricos do neo-desenvolvimentismo, como assinala Bresser: ”O Brasil Precisa de um novo desenvolvimentismo, não que o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se num estágio diferente de desenvolvimento...” (BRESSER, 1996, p.17). A estratégia utilizada até então pelas economias latino americanas era o modelo de substituição de importações, para tanto o Estado investia fortemente na indústria nacional e utilizava-se de medidas protecionistas para garantir o sucesso da empreitada. Na década de 1980, os ideários do antigo desenvolvimentismo passam a serem erodidos e simultaneamente descartados. Os ataques se concentravam basicamente em três pontos: primeiro, o protecionismo era algo que só poderia ser feito em economias desenvolvidas. Para o Brasil caberia uma abertura de sua conta comercial. Segundo, as indústrias de base já estavam implantadas, de tal forma que novos investimentos seriam mais prósperos se comandados pelo setor privado. E terceiro, o governo deveria concentrar esforços na estabilidade macroeconômica.

Com o abandono do antigo modelo de desenvolvimento, a ortodoxia retrógrada ressurgiu, sobre a égide do neoliberalismo, trazendo no seu bojo teórico seus métodos de “ação”: privatização de indústrias, empresas e serviços que são de monopólio do Estado, liberalização dos mercados financeiros e da conta comercial e estabilização macroeconômica. Em concomitância a esse projeto, surge o objetivo de estudo desse artigo: o novo-desenvolvimentismo, que embora pareça uma nova estratégia de desenvolvimento nacional, como seus defensores o colocam, assemelha-se mais a uma readaptação das teorias neoliberais para a América Latina, ”Para a América Latina, por exemplo, essa metamorfose semântica ilustra o esvaziamento de propostas de desenvolvimento econômico e social para a região...” (GOMES, 2007, p.127). Possui a mesma visão que a ortodoxia, afirmando que a crise trata-se de uma crise puramente

fiscal e o maior culpado disso é o próprio Estado, profetizando as mesmas soluções ortodoxas.

O trabalho objetiva fazer um estudo sobre o novo-desenvolvimentismo no Brasil. Antes disso, serão feitas discussões sobre os modelos de desenvolvimento capitalistas aplicados no país; suas bases teóricas e ideológicas e de que forma impactaram a economia, os trabalhadores e a sociedade em geral, analisando se realmente houve desenvolvimento social e econômico ou uma socialização das perdas, com o intuito de discorrer sobre seus principais postulados teóricos e avaliar se trata de um verdadeiro modelo de desenvolvimento nacional.

O trabalho se estrutura da seguinte forma: primeiro será feito um breve estudo sobre os modelos anteriores de desenvolvimento, seguindo para uma análise da crise fiscal dos anos 1980, juntamente com uma breve observação das condições conjunturais, nacional e internacional da economia e culminando em uma dissertação mais detalhada sobre o neo-desenvolvimentismo.

METODOLOGIA

Tendo por cerne do trabalho o estudo aprimorado sobre o novo desenvolvimentismo brasileiro e as formas anteriores de planejamento para o crescimento da economia nacional, foram feitas revisões bibliográficas dos principais postulados teóricos deste tema, buscando-se levantar argumentos que possam propiciar um debate crítico acerca do neo-desenvolvimentismo e dos projetos aplicados a economia brasileira.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

O projeto do novo desenvolvimentismo brasileiro em muito se assemelha a doutrina neoliberal ortodoxa da economia, embora esta última destile com muito mais vigor e veemência a culpa da “crise fiscal” no Estado, com seus crescentes gastos em benefícios sociais, quando traça um raso panorama da economia nacional, focando apenas em aspectos conjunturais que não conseguem explicar toda a dinâmica e o papel que o Estado desempenhava no período da crise. O pensamento dominante dos neo-desenvolvimentistas é deveras homogêneo e não atende devidamente aos interesses nacionais, ao interpretar que a crise foi causada por uma relação negativa de despesa/receita, ocasionada por um governo inchado. Desta forma, descarta totalmente um fator importante do endividamento, que este pode servir para o acúmulo de capital por intermédio de subsídios, inversões em obras de infra-estrutura industrial ou, o que é mais comum, isenção de impostos (SANTOS, 1991).

Esse processo de acúmulo gera, por conseguinte, desajustes na economia, uma vez que, por exemplo, se os grandes capitais não pagam impostos, essa perda é socializada para a sociedade. O Estado, então, endivida-se porque tem suas receitas reduzidas enquanto mantém ou aumenta suas despesas. Logo, se faz necessário emitir títulos da dívida e elevar as taxas de juros para obter mais recursos, agravando ainda mais a situação, sendo esta agravada quando ocorrem distúrbios no mercado e este repassa par o Governo seus prejuízos.

A “crise fiscal” pode e deve ser entendida como a conseqüência de uma disputa de classes que tem interesses distintos, disputa essa em que o Estado não era neutro como colocam os neo-desenvolvimentistas. Portanto, dialogar com o problema da crise

e elaborar uma proposta de desenvolvimento, elucidando inicialmente quais foram suas causas reais e quais forças produtivas serão desenvolvidas, capital ou trabalhadores é muito mais complexo do que apontam os principais expoentes do neo-desenvolvimentismo.

CONSIDERAÇÕES FINAS

Embasado nos estudos feitos, fica perceptível que o neo-desenvolvimentismo trata-se mais de uma proposta de crescimento dos lucros, da remuneração "correta" do capital financeiro e dos índices econômicos (SICSÚ, 2005), e não verdadeiramente de um projeto de emancipação nacional frente aos capitais especulativos, a hegemonia de pensamento econômico e as contradições intrínsecas do modo de produção capitalista. Destarte, os projetos de desenvolvimento aplicados ao Brasil mostram-se mais auspiciosos para o processo de acúmulo de capital do que em realmente promover o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e Reforma do estado no Brasil: Para uma nova interpretação da America Latina**. 1ª Ed. São Paulo-SP: Editora 34, 1996, 353p.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; REANAUT, Michel, (Organizadores). **Novo-Desenvolvimentismo: Um projeto nacional de crescimento com equidade social**. 1ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Manole, 2005, 401p.

GOMES, Fabio Guedes. **Acumulação de capital via dívida pública: Contribuição para uma crítica a razão da crise fiscal**. 2007.211f. Tese (Doutorado em Administração) escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Reginaldo Souza. **A historia da idéias sobre o Estado e as finanças publicas no capitalismo**. 1991.305f. Tese (Doutorado em Economia), Universidade de Campinas, São Paulo, 1991.

